

1 **ATA DA 111ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DE**
2 **MS/CEC-MS, e 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE**
3 **HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE MS/CONGFEHIS-MS, REALIZADA NO DIA**
4 **14 DE JUNHO DE 2018, NO PLENARINHO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.**

5 Aos quatorze dias do mês de junho de 2018, reuniram-se no Plenarinho da Assembleia
6 Legislativa, em Campo Grande/MS, os Membros do Conselho Estadual das Cidades de
7 Mato Grosso do Sul - **CEC/MS** – **Maria do Carmo Avesani Lopez**– Secretária Executiva
8 do Conselho Estadual das Cidades – CEC/MS; **Mara Caseiro** – Assembleia Legislativa;
9 **Inês Pereira Esteves** – Departamento Estadual de Trânsito/DETRAN-MS; **Antônio**
10 **Claudio Lanza de Oliveira** – Empresa de Saneamento do Estado de MS – SANESUL;
11 **Paulo Cesar Neves de Matos** – Caixa Econômica Federal/CEF-MS; **Vera Cristina**
12 **Galvão Bacchi** – Prefeitura Municipal de Campo Grande; **Anizio de Souza dos Santos**
13 – Prefeitura Municipal de Dourados; **Vera Bacchi** – Prefeitura Municipal de Campo
14 Grande; **Edson Ageo Maidana Nunes** - Federação das Associações de Moradores do
15 Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Rosemeire da Silva** - Sociedade de Apoio a
16 Luta Pela Moradia/SAM-MNLM; **Claudio Hideaki Kitaguti** – Sindicato das Empresas de
17 Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios
18 Residenciais e Comerciais do Estado de MS/SECOVI-MS; **Dirceu de Oliveira Peters** –
19 Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento de MS/IAB-MS; **Orlando Moreira Júnior** –
20 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS; **Jorge de Souza Pinto** –
21 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; **Silvia Bontempo** – Ordem dos Advogados
22 do Brasil Seção Mato Grosso do Sul/OAM-MS; **Tânia Maria de Souza Marques e César**
23 **Magalhães** da Secretaria Executiva do CEC. A **111ª Reunião** Ordinária do Conselho
24 Estadual das Cidades/CEC teve como pauta: **Abertura; Informes; Aprovação da Ata**
25 **110ª Reunião do CEC; Obras contratadas pelo MCMV/FAR e MCMV/Entidades;**
26 **Formação das Câmaras Técnicas; Definição de pauta para próxima Reunião;**
27 **Encerramento.** A **50ª Reunião** Ordinária do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de
28 Interesse Social/CONGFEHIS; **Aprovação da Ata da 49ª Reunião; Apresentação da**
29 **Arrecadação FEHIS/MORAR LEGAL e Taxas de Despesas Operacionais dos meses**
30 **de abril e maio/2018; Planejamento do Investimento de Recursos do FEHIS/2018;**
31 **Definição de pauta para próxima Reunião; Encerramento.** A **Senhora Maria do Carmo**
32 cumprimentou a todos, fez a abertura da Reunião e em seguida passou para os **Informes**:
33 O primeiro informe foi sobre a visita que fizemos no Bairro Cidades de Deus/Bom Retiro
34 no dia 06 de junho de 2018. Foi apresentada uma reportagem com entrevistas do Senhor
35 Governador (Reinaldo Azambuja), Senhor Prefeito Municipal (Marcos Trad) e Diretora
36 Presidente da AGEHAB-MS (Maria do Carmo), reportagem que foi adquirida com TV

37 Campo Grande, e um vídeo com as fotografias que registraram os momentos importantes
38 da visita. A **Senhora Maria do Carmo** parabeniza o Conselho Gestor do FEHIS por ter
39 aprovado o repasse de recursos para andamento dessa obra e, também parabeniza o
40 Conselheiro Dirceu, por ter tido a coragem de iniciar esse processo. Embora não tenha
41 conseguido concluir o trabalho por falta de verba, foi uma situação de emergência e de
42 difícil decisão. Argumentou que muitas vezes queremos tomar decisões dentro do
43 “ÓTIMO”, e conforme a situação não dá para tomar decisões dentro do “ÓTIMO”. A
44 **Conselheira Valdirene** ressalta a importância dessa inclusão social que está sendo
45 realizada com as pessoas da Cidade de Deus, com a qualificação para que os próprios
46 moradores possam construir suas casas. Afirma que a sensação positiva do “**É MEU**” é
47 muito maior! A **Conselheira Edymar** afirma que o trabalho executado pela EMHA lá atrás,
48 não foi em vão. Que a nossa luta é muito mais do que trabalhar com a cadeira da
49 construção civil. É uma luta a favor da família. A casa é referência da família. Que continua
50 acreditando no processo democrático e participativo, apesar dos descréditos que temos
51 visto nas instituições. Que as pessoas que hoje se encontram no Bom Retiro, sofreram
52 muito, passaram frio, tomaram chuva, não acreditavam que teriam recursos para
53 construção de suas casas. Mas com o bom comportamento dos gestores, boa vontade do
54 Senhor Governador e, de pessoas que são colocadas para fazer o bem para o povo, as
55 obras estão sendo consolidadas. E, é pela excelente gestão que MS conseguiu conquistar
56 os recursos do Programa MCMV juntamente com a CEF, Entidades e AGEHAB-MS. Que
57 os Conselheiros estão à disposição para colaborar com quem tiver a fim de trabalhar para
58 a comunidade. A **Senhora Maria do Carmo** informa ainda que no dia 13/06 foram
59 entregues 72 apartamentos construídos pela iniciativa privada, empresa chamada RG
60 Engenharia, que criou o Programa Faixa 1,5. É um programa que tem subsídio maior do
61 Governo Federal e, o Governo do Estado, oferece um subsídio complementar de até 6 mil
62 reais, que facilita na entrada. Esse foi o primeiro programa do Brasil na modalidade faixa
63 1,5. Que esse fato comprova a cumplicidade dos órgãos, seja estado, município e CEF,
64 pois todos lutam para que efetivamente as coisas aconteçam. Comentou que os
65 apartamentos são bem localizados, com bom acabamento e que a prestação é menos que
66 500 reais, valor esse, menor que o valor de aluguel. O **Conselheiro Dirceu** agradeceu as
67 Senhoras Maria do Carmo, Defensora Valdirene e Edymar, por terem lembrado de seu
68 nome. Que realmente foram dias muito difíceis. Que sabiam para onde levariam essas
69 pessoas, porém, tudo foi realizado com muito critério para evitar a presença de
70 oportunistas. Que houve e ainda há julgamentos e críticas negativas, pois consideram
71 aquelas pessoas muito pobres para estarem em um local como aquele. Disse que temos

72 que estar preparados para tudo e, que o Conselho Estadual das Cidades é muito bom por
73 causa disso, pois, sabemos com quem podemos contar e onde procurar apoio. Que os
74 Conselheiros estão sempre unidos e que é uma força diferente, onde temos a certeza de
75 que não estamos sozinhos. Que o CEC coloca em discussão essas questões de moradias
76 sociais em primeiro lugar. Que o processo foi penoso, que houve dificuldades e reações
77 de todos os tipos, mas, hoje essas pessoas, mesmo estando em barracos, iniciaram sua
78 cidadania, pois tem endereço, com água e luz cadastrados em seus nomes, e na cidade
79 de Deus (lixão) não tinha endereço. Finalizando agradeceu ao CEC pelo apoio. A **Senhora**
80 **Maria do Carmo** informa também, que encaminhamos ofício à EMHA, dizendo que após
81 a visita ao Residencial Vespasiano Martins, este Conselho solicitou a possibilidade de
82 efetuar estudos, no sentido de verificar a viabilidade técnica daquelas famílias
83 permanecerem naquele local, uma vez que as famílias já estão consolidadas e não
84 queriam sair das casas, e que hoje recebemos a resposta. Leu o ofício na íntegra:

Em resposta ao Ofício N. 008/CEC/2018, consideramos imprescindível a atuação deste conselho junto às medidas tocantes a esse assunto, em vista que procuramos a transparência e métodos democráticos para melhor conduzirmos esse processo que tanto sacrificou parte de nossa população.

Para a retomada das obras da Comunidade "Cidade de Deus", foram tomadas providências tanto para um melhor proveito das estruturas já iniciadas, como para dar respaldo técnico aos profissionais responsáveis pela nova fase de construção.

Assim sendo, realizou-se processo licitatório para contratação de laudos técnicos que atestassem as condições das construções quanto à estrutura, elétrica e hidráulica. Como resultado, no caso específico do loteamento Vespasiano Martins, concluiu-se que as unidades habitacionais foram construídas sem respeitar o projeto pois encontrou-se lençol freático aflorante, afetando na profundidade da escavação para a construção das fundações.

Caracterizando-se a inapropriada estratégia adotada, obteve-se construções com fragilidade estrutural, onde, mesmo tomando atitudes para rebaixamento do lençol freático, as habitações continuariam com tais debilidades.

Para tanto, respeitando as orientações técnicas dos laudos, tratando as construções inapropriadas e com riscos de ruir, a EMHA está buscando soluções para que, havendo a demolição, as famílias possam manter-se no local com a construção de novas unidades ou, em um cenário menos favorável, sejam realocadas para nova região que permita a construção de unidades de forma segura e salutar.

Atenciosamente,

85

86 A **Senhora Maria do Carmo** relata que havia entendido que se as famílias
87 permanecessem no local, com o passar do tempo, os imóveis sofreriam problemas
88 estruturais. Porém, pelo ofício recebido, entende que as casas já estão condenadas, ou
89 seja, para as famílias permanecerem no local, as casas terão que ser demolidas e
90 reconstruídas. Confessa estar confusa com a situação e sugere a presença do Senhor
91 "Carlos Portugal", perito responsável pelo laudo, para maiores esclarecimentos. Sugeriu

92 convidá-lo para a próxima reunião. Afirma que o Senhor “Carlos Portugal” é um dos
93 profissionais mais qualificados que conhece, e de muita experiência, e que temos que
94 ouvi-lo. A **Conselheira Edymar** fala que lutamos para construir moradias e não para
95 demoli-las, embora não tenhamos a intenção de que as famílias corram riscos. Que na
96 ocasião da visita não verificou características de lençol freático emergente, que apenas
97 duas casas estão em situação crítica porque todo o esgoto é jogado no quintal. Que são
98 casas com problemas, porém boas. Que temos que considerar que foram casas
99 construídas em regime de mutirão, sem uma boa assistência técnica, pois a entidade
100 contratada não tinha expertise para orientação. Que se houver uma reforma, reforço na
101 estrutura do telhado e impermeabilização de baldrame, teria que se investir um recurso
102 muito menor, cerca de 7 mil reais por casa. Também falou que quando da construção das
103 casas, foi realizado o serviço de drenagem, conforme informação dos próprios moradores.
104 A **Senhora Maria do Carmo** reafirma a competência da empresa que realizou o
105 levantamento e elaborou o laudo técnico, mas irá contatar com o Senhor Enéas e consultar
106 se é possível trazer o Senhor Carlos Portugal na próxima reunião (19/07/18) ou talvez
107 contratar outro estudo. A **Conselheira Valdirene** alegou que na época da remoção
108 daquelas pessoas, era período de muita chuva. Agora estamos em período de estiagem.
109 Pode ser que no período das chuvas, as águas venham aflorar novamente. Mas nada
110 impede que antes de uma tomada de decisão, possamos ouvir o Senhor Carlos Portugal,
111 como também, o Conselho sugerir uma nova perícia, ou uma nova pergunta ou ainda ir
112 fazer uma nova constatação. A **Senhora Maria do Carmo** alegou que o ideal seria salvar
113 as referidas casas, mas tem que ter algum órgão competente que possa apresentar uma
114 posição favorável. O **Conselheiro Aquino** sugeriu encaminhar o assunto para a Câmara
115 Técnica de Habitação. A **Senhora Maria do Carmo** respondeu que o Conselho trazer o
116 assunto para refletir a decisão, é bastante positivo, mas a Câmara Técnica analisar laudo
117 de um profissional qualificado e emitir parecer, é muito temeroso e não compete ao
118 Conselho fazer esse tipo de interferência. O **Conselheiro Dirceu** expressou que no ofício
119 faz-se referência a responsabilidade técnica. “O Enéas afirmou aqui que os técnicos da
120 EMHA, se recusaram a ficarem responsáveis técnicos por essa obra. E que hoje a
121 situação permanece, ninguém quer ser o responsável técnico pela obra”. Talvez esteja aí
122 o problema. Então é melhor demolir as casas do que encontrar um responsável técnico.
123 A **Senhora Maria do Carmo** concorda com o Conselheiro Dirceu. Talvez a situação não
124 seja tão grave a ponto de ter que derrubar as casas, mas na dúvida, ninguém quer assinar
125 a responsabilidade técnica. E se não tem ninguém responsável, não tem como concluir as
126 casas. **Conselheiro Edson Maidana** pronunciou que o projeto das casas era para

127 instalação de telhas de barro e, foram instaladas telhas de Eternit e, sugeriu que os
128 moradores assinem um termo de responsabilidade, já que não querem sair do local. A
129 **Senhora Maria do Carmo** disse que se há um laudo de perito capacitado, conceituado e
130 criterioso, afirmando que há possibilidade de as casas ruírem, a EMHA pode e deve fazer
131 intervenção para salvaguardar vidas. **Conselheiro Jorge** falou que o ofício não atende
132 aos questionamentos do Conselho e que a EMHA está querendo uma justificativa para
133 retirar e não para manter. Pergunta se a AGEHAB não possui técnicos para fazer uma
134 avaliação. A **Senhora Maria do Carmo** informou que conforme deliberado neste
135 Conselho, emitimos um ofício solicitando estudo técnico para verificar quais obras seriam
136 necessárias para a viabilidade de que as famílias permanecessem no local. Que não
137 solicitamos o Laudo. Entendemos que a resposta recebida diz que o problema não é tão
138 simples como pensamos. Que a AGEHAB não está preparada para realizar perícia. Que
139 os profissionais têm suas obrigações e, que não é nossa atribuição fazer ou contestar
140 perícia/laudo. Propôs solicitar cópia do laudo. O **Conselheiro Jean Saliba** afirmou que
141 garante a competência do Senhor Carlos Portugal e se estiver escrito no laudo,
142 dificilmente poderia ser diferente, embora possamos fazer alguns questionamentos. Disse
143 ainda, que pode garantir que o Senhor Carlos Portugal tem qualidades técnicas para
144 elaborar laudos com a realidade existente naquele local. No entanto, considera difícil
145 acontecer uma situação que seja obrigado a derrubar tantas casas. Que pode estar
146 ocorrendo uma situação política da circunstância que ali se encontra, do que propriamente
147 as casas caindo. Um afloramento de lençol freático, jamais derrubou casa. Pode levantar
148 pisos, mofar em alguns locais, mas jamais derrubar casas. Porém, antes de qualquer
149 julgamento, temos que conhecer o laudo, e a partir dele, podemos verificar qual é o
150 encaminhamento que poderemos sugerir para essa questão. **Conselheira Rosemeire**
151 citou exemplo da vila Valderez e Vila Mariana em Dourados, onde tinha o lençol freático
152 bem aflorado e o Engenheiro afirmou que as casas iriam cair. Já fazem 20 anos e as casas
153 estão lá! A **Senhora Maria do Carmo** concluiu o assunto dizendo que iremos solicitar o
154 Laudo para a EMHA, e também convidar Senhor Carlos Portugal para um diálogo, onde
155 poderemos fazer todas as perguntas que possa esclarecer a real situação daquele
156 Conjunto habitacional. Prosseguindo passou para a **Aprovação da Ata da 110ª Reunião
157 do CEC e Aprovação da Ata da 49ª Reunião do CONGFEHIS**: As duas atas foram
158 aprovadas por todos. Dando continuidade, a **Senhora Maria do Carmo** expõe sobre as
159 **Obras contratadas pelo MCMV/FAR e MCMV/Entidades**: Explicou que são as
160 contratações selecionadas pelo Ministério das Cidades. Que por **Entidades**, contratamos
161 **837** unidades habitacionais, com recursos do **FDS** (Fundo de Desenvolvimento Social),

162 contemplando os municípios de Água Clara, Campo Grande, Costa Rica e Ivinhema; Pelo
163 **PNHR (Plano Nacional de Habitação Rural)**, contratamos **360** unidades habitacionais,
164 contemplando os municípios de Amambai, Aquidauana, Campo Grande, Corguinho,
165 Coronel Sapucaia, Miranda, Nioaque, Sidrolândia; Pelo **FAR (Fundo de Arrendamento**
166 **Residencial)** contratamos **1.438** unidades habitacionais, contemplando os municípios de
167 Campo Grande, Sete Quedas e Dourados. Que o número total de Unidades foi de **2.635**
168 **unidades**, com investimento **Estadual de R\$ 39.754.291,59** e investimento **Federal de**
169 **R\$ 196.669.295,39**. Afirmou que o Governador do Estado fez um enorme esforço para
170 não perder as unidades habitacionais destinadas ao nosso Estado. Que **12 milhões** foi só
171 para o Programa FDS, mais **800 mil** de caução para infraestrutura externa para o
172 município de Água Clara. Comunicou que o Ministério das Cidades abriu novamente a
173 inscrição para apresentação de propostas, Campo Grande foi contemplada com mais **300**
174 **unidades**, com investimento de **6 milhões** do Estado, **100 unidades** para Paranaíba, com
175 contrapartida de **850 mil** e talvez mais **200 unidades** para Chapadão do Sul. **(Anexo I**
176 **desta Ata)** A **Conselheira Edymar** fala que a Senhora Maria do Carmo, juntamente com
177 sua equipe tiraram "leite de pedra" quando foi propuseram o Programa Lote Urbanizado,
178 pois foi um ano atípico, com cenário nacional em crise, falta de recursos, falta de política
179 e desmando com relação as instituições que trabalham com habitação. Que sabemos que
180 não há mais reunião do Conselho Nacional do FINHIS e não tem balanço de gestão. Aqui,
181 nosso Conselho funciona, as aplicações dos recursos são aprovadas pelo nosso
182 Conselho, o Lote Urbanizado é uma realidade. Parabenizou a Senhora Maria do Carmo e
183 equipe. Citou ainda, o empenho da AGEHAB e do Conselho Gestor em destinar recursos
184 para bairro Bom Retiro, onde se encontram as pessoas que estavam na Cidade de Deus.
185 Que um lar, uma casa, é referência de família. Que ela acredita no bom comportamento
186 dos gestores, na vontade política do Senhor Governador, do senhor prefeito e de pessoas
187 que são colocadas para fazer o bem para o povo. Que por essa boa vontade, nosso estado
188 conseguiu conquistar as unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida,
189 juntamente com a Caixa Econômica e as Entidades. Prosseguindo a **Senhora Maria do**
190 **Carmo** deu Posse ao Conselheiro do CONGFEHIS, Leonardo Tostes Palma,
191 representante da SEMADE. Em seguida passou a palavra para Senhora Tânia Marques
192 que conduziu a pauta **Formação das Câmaras Técnicas:** A **Senhora Tânia Marques**
193 informou que alguns Conselheiros já haviam se manifestado através de e-mail e que
194 necessitamos concluir a formação dessas Câmaras pois já temos um trabalho a ser
195 desenvolvido pela Câmara de Habitação. Ficou assim definido; **Câmara de Habitação:**
196 **Defensoria Pública (Valdirene), Pref. Municipal de Dourados (Anísio), SENGE (Jorge**

197 Tadeu), CREA (Luiz Antônio), SAM/MNLM (Rosemeire), SECOVI (Claudio), IAB
 198 (Dirceu). **Câmara de Saneamento:** SANESUL (Lanza), UFMS (Jorge Pinto), Pref. de
 199 Figueirão (Aquino), FAMEMS (Maidana) Águas Guariroba (Francis), CREA (Luiz
 200 Antônio), SAM/MNLM (Edymar). **Câmara de Programas Urbanos e Políticas**
 201 **Territoriais:** AGEHAB (Maria do Carmo), Pref. de Campo Grande (Vera), SINDARQ
 202 (Kelly), UEMS (Orlando), IAB (Dirceu), SPA (Rosana). Nessa Câmara ficou indefinido
 203 o representante dos Movimentos Sociais. **Câmara de Trânsito, Transporte e**
 204 **Mobilidade:** Defensoria Pública (Valdirene), DETRAN (Inês), CEF (Paulo), SENGE
 205 (Jorge Tadeu), FAMEMS (Maidana), UFMS (Jorge Pinto), SPA (Rosana). A **Senhora**
 206 **Tânia Marques** esclareceu que todos os Conselheiros são muito bem-vindos em qualquer
 207 Câmara Setorial. Que quando houver reunião, todos serão avisados. A seguir, a **Senhora**
 208 **Tânia Marques** fez Apresentação da Arrecadação FEHIS/MORAR LEGAL e Taxas de
 209 Despesas Operacionais dos meses de abril e maio/2018 (Anexo II desta Ata);

ARRECAÇÃO - FEHIS - 838-0			ARRECAÇÃO - MORAR LEGAL - 1126-8		
MESES	VALOR	%	MESES	VALOR	%
JANEIRO/2018	R\$ 217.807,74		JANEIRO/2018	R\$ 131.004,50	
FEVEREIRO/2018	R\$ 236.713,50	8,680022%	FEVEREIRO/2018	R\$ 152.938,89	16,743234%
MARÇO/2018	R\$ 259.939,64	9,811920%	MARÇO/2018	R\$ 216.911,03	41,828563%
ABRIL/2018	R\$ 240.836,65	-7,349010%	ABRIL/2018	R\$ 187.135,92	-13,726877%
MAIO/2018	R\$ 252.060,51	4,660362%	MAIO/2018	R\$ 220.468,35	17,811882%
TOTAL	R\$ 1.207.358,04		TOTAL	R\$ 908.458,69	

ARRECAÇÃO - 853-4 - TAXAS					
MESES	VALOR	%			
JANEIRO/2018	R\$ 17.575,55		FEHIS	Até 31/Maio	R\$ 1.207.358,04
FEVEREIRO/2018	R\$ 18.358,34	4,453858%	MORAR LEGAL	Até 31/Maio	R\$ 908.458,69
MARÇO/2018	R\$ 20.499,80	11,664780%	TAXAS	Até 31/Maio	R\$ 95.548,67
ABRIL/2018	R\$ 19.237,54	-6,157426%	TOTAL GERAL	Até 31/Maio	R\$ 2.211.365,40
MAIO/2018	R\$ 19.877,44	3,326309%			
TOTAL	R\$ 95.548,67				

211
 212 Dando Continuidade, passou a palavra para a Senhora Maria do Carmo que fez a
 213 apresentação do **Planejamento do Investimento de Recursos do FEHIS/2018:** A
 214 **Senhora Maria do Carmo** elucidou na planilha o que temos programado para
 215 investimentos com recursos do FEHIS em 2018. Que estaremos realizando a substituição
 216 de moradias precárias em Amambai (12 unidades) e Anaurilândia (4 unidades), no valor
 217 total de R\$ **318.052,28**. Explicou que para a substituição de Moradias Precárias, é
 218 efetivado um convênio com os Municípios para substituir aquelas casas localizadas em
 219 terrenos favorecidos com toda infraestrutura, porém as moradias são em situações bem
 220 comprometidas. Que a AGEHAB entra com recursos para os materiais e a Prefeitura se
 221 responsabiliza pela construção ou pela construção em parceria com a família. A casa

222 possui reboco e pintura e não tem forro e revestimento cerâmico (**Anexo III desta ata**).

223 Que também temos programado o investimento no Programa Lotes Urbanizados, onde

224 estaremos fornecendo caixas d'água e estruturas metálicas para as residências. O Estado

225 está oferecendo recursos para quem quiser financiar, com 24 meses de carência, que é o

226 tempo que ele está adquirindo os demais materiais para a construção da casa.

227 Demonstrou através de planilha, os municípios que estão construindo os referidos lotes

228 urbanizados, os números possíveis de financiamentos e o valor dos recursos a serem

229 aplicados (**R\$ 3.926.198,45**). Explicou que a planilha está dividida em: **Fase de entrega**,

230 são as bases que estão sendo entregues; **Fase de aquisição**, é quando já temos o

231 contrato de aquisição assinado; **Processo de Licitação**, que são obras que ainda não

232 foram entregues as bases, mas estão praticamente prontas. (**Anexo IV desta Ata**).

233 Apresentou também o que está programado para **2019**, pois são obras que estão em

234 licitação, e até a família iniciar a base, não há tempo hábil para financiar estrutura em

235 2018. Declarou que estamos deixando tudo encaminhado, pois para fazer ata de registro

236 de preço, há muitos entraves e demoramos cerca de 6 meses para fazer ata anterior.

237 Estimou cerca de **R\$ 2.884.797,00**. Afirmou que já estamos com **1.100 bases**, divididas

238 entre contratadas e em licitação. Declarou ainda, que o projeto está com bom andamento,

239 que estamos satisfeitos com o resultado. Também informou que em todo esse processo,

240 tivemos apenas um caso de venda da base, mas que está sendo resolvido de forma

241 bastante amigável. Que a AGEHAB-MS se posicionou de forma firme, para que sirva de

242 exemplo. Comentou que a princípio as Prefeituras Municipais foram bastante resistentes,

243 e agora estão vendo o sucesso do Projeto e estão aderindo ao Programa, e isso deve-se

244 a conscientização que estamos fazendo quando do lançamento do programa, tanto com

245 os gestores, quanto com as famílias. (**Anexo V desta Ata**). Fez um aparte, elogiando o

246 Município de Taquarussú, que realizou a substituição de 10 moradias precárias em tempo

247 recorde, inclusive solicitou para a Coordenadora do CEC, que providencie registro

248 fotográfico, para demonstrar na próxima reunião. Que poderemos ainda substituir mais 10

249 pelo empenho do Prefeito. Informou que no interior do estado, não temos favela, mas

250 temos dentro da cidade, onde há infraestrutura, casas em situações bastante delicadas,

251 oferecendo risco às famílias. Concluiu falando que o valor da previsão de investimentos

252 dos lotes Urbanizados/2018 é de **R\$ 3.926.198,45** e acrescentou o valor do muro de

253 arrimo de Glória de Dourados, valor esse estimado em **R\$ 275.000,00** que será licitado

254 no dia 19/06/18. (**Anexo VI desta Ata**). Prosseguindo demonstrou a planilha do que

255 estava programado para ser executado com recursos do FEHIS, porém, será realizado

256 com recursos da fonte estadual (fonte 00). Que em porto Murtinho temos 37 casas que

257 constantemente há enchentes. No caso da Aldeia Água Bonita, temos 137 famílias que
258 moram em situação de favelização. Conseguimos enquadrar no PNHR, 80 famílias e o
259 restante estaremos construindo com recursos do FEHIS. **(Anexo VII desta Ata)**. Para
260 finalizar, a **Senhora Maria do Carmo** indagou sobre a Pauta para próxima Reunião: **Para**
261 **o CEC**, ficou definido que estaremos convidando o Senhor Carlos Portugal para falar
262 sobre o Laudo Técnico do Conjunto Habitacional Vespasiano Martins, convidar alguém
263 que possa apresentar Projetos ou Programas de Qualificação de mão de obra para o
264 interior do Estado (Fundação Estadual do Trabalho). Quais os cursos oferecidos e qual a
265 possibilidade de parceria com os municípios. Ficará pendente a pauta referente a
266 Assistência Técnica para Mutirão Assistido, conforme solicitado na 110ª Reunião. A
267 **Conselheira Inês** solicitou que na **pauta do mês de agosto** seja incluída a presença da
268 Senhora Regina da CETRAN, para expor sobre Lei 13.614 Plano Nacional de Mortes e
269 Lesões. **Conselheira Valdirene** também sugeriu para o mês de agosto, exposição sobre
270 Energia Foto voltaica. Que obteve informação que o BNDS está financiando para casas
271 populares. **Para FEHIS**, não ficou definido. Nada mais a ser tratado, a **Senhora Maria do**
272 **Carmo** encerrou a reunião às 17 horas. Ata redigida por **Tânia Marques** e revisada por **César**
273 **Magalhães**.